



Projeto ClimAdaPT.Local

alterações
climáticas em loulé

desenvolvimento de uma
estratégia municipal de adaptação



Lisboa, 25 de outubro de 2016





ClimAdaPT.Local
Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas

ENTIDADES FINANCIADORAS/GESTORAS DO PROJETO



OBJETIVO GERAL DO PROJETO:

Melhorar a capacidade dos municípios portugueses para incorporar a adaptação às alterações climáticas nos seus instrumentos de planeamento e nas suas intervenções locais.



Loulé (CML) aderiu ao projeto em janeiro de 2015, iniciando assim o desenvolvimento da sua Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC).



Esquema representativo da metodologia ADAM (Apoio à Decisão em Adaptação Municipal) desenvolvida no âmbito do projeto ClimAdaPT.Local



Loulé: Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas

Relatório Final

Volume 1



Visão Estratégica da EMAAC de Loulé

Desenvolvimento de um município consciente, informado e capacitado na resposta às alterações climáticas e que incorpore na ação municipal e na gestão territorial os fatores, ameaças e oportunidades associados às novas dinâmicas climáticas.



A CM Loulé aprovou a sua Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas no dia 08 de junho de 2016.

Os impactos e vulnerabilidades a que o município já se encontra exposto, são:

1.0. Temperaturas elevadas e ondas de calor

2.0. Secas

3.0. Subida do nível médio do mar

4.0. Precipitação excessiva (chelas/Inundações)

5.0. Aumento da temperatura dos oceanos

6.0. Vento forte

7.0. Temperaturas baixas e ondas de frio

Resumo dos principais impactos associados a eventos climáticos com consequências observadas para o município de Loulé.

PROJEÇÕES CLIMÁTICAS

As projeções climáticas utilizadas no desenvolvimento da EMAAC de Loulé foram elaboradas pela equipa técnica do consórcio ClimAdaPT.Local, tendo como base dois modelos regionalizados para a Europa (pelo projeto CORDEX³) e dois cenários de emissões de GEE:

RCP4.5

Uma trajetória de aumento da concentração de CO₂ atmosférico até 520 ppm em 2070, aumentando de forma mais lenta até ao final do século

RCP8.5

Uma trajetória de crescimento semelhante ao RCP4.5 até meio do século, seguida de um aumento rápido e acentuado, atingindo uma concentração de CO₂ de 950 ppm no final do século

Alterações climáticas projetadas para o Município de Loulé



Diminuição
da precipitação
média anual



Subida do nível
médio da água
do mar



Aumento da
temperatura
média anual,
em especial das
máximas



Aumento dos
fenómenos
extremos de
precipitação

Resumo das principais alterações climáticas projetadas para o município de Loulé até ao final do século

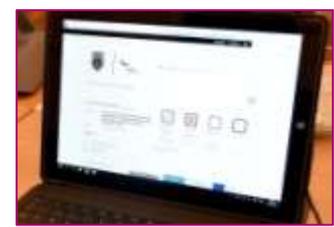
OPÇÕES DE ADAPTAÇÃO

- Adequar o Sistema de Previsão, Informação e Alerta à Escala Local (para diferentes tipologias de eventos)
 - Elaborar e implementar um Plano de Contingência Municipal para Períodos de Seca
 - Elaborar e implementar um Plano de Ação Municipal para a Energia Sustentável
 - Elaborar e implementar um Programa Municipal para o Uso Eficiente da Água
- Climáticas (AC) na Saúde Humana
 - Incorporar critérios de adaptação às Alterações Climáticas (AC) nos Regulamentos, Planos e projetos Municipais
 - Reabilitar as ribeiras e galerias ripícolas associadas
 - Ampliar o projeto das Hortas Urbanas às restantes localidades urbanas do município
 - Apoiar, promover e colaborar com projetos de investigação relacionados com as Alterações

A implementação deste conjunto integrado de opções de adaptação identificadas para o município de Loulé, pretende promover em todo o território municipal uma resposta coerente às múltiplas problemáticas relacionadas com as alterações climáticas. Ambiciona-se assim alcançar a médio-longo prazo, uma diminuição das vulnerabilidades climáticas do município, o aumento da resiliência, da capacidade adaptativa do território concelhio e uma maior capacitação dos munícipes no âmbito das alterações climáticas.

- Elaborar e implementar um programa de educação ambiental subordinado às Alterações Climáticas (AC) no Centro Ambiental
 - Criar o Observatório do Ambiente
 - Elaborar e implementar um programa de Educação, Sensibilização e Informação Pública sobre Alterações Climáticas (AC), extensível aos vários setores
 - Reforçar os espaços verdes e promover soluções/iniciativas de sustentabilidade ambiental relacionadas
 - Atualizar periodicamente o Perfil de Impactos Climáticos Locais (PIC-L)
 - Definir e implementar um programa relacionado com os impactos das Alterações
- Definir e implementar o projeto Selo Verde / Selo Sustentável
 - Incluir nos procedimentos de Contratação Pública critérios que tenham em conta a problemática das Alterações Climáticas (AC)
 - Alargar o Sistema de Gestão Integrado (SGI) (principalmente o Sistema de Gestão Ambiental) ao maior número possível de serviços e setores da autarquia
 - Criar ou apoiar a criação do observatório dos recursos do mar
 - Criar, promover e implementar estratégias inovadoras de sustentabilidade em meio urbano

Implementação das Opções de Adaptação



RMUE (Proposta de Revisão)
Inclusão de regras sobre alterações climáticas no regulamento municipal de urbanização e edificação

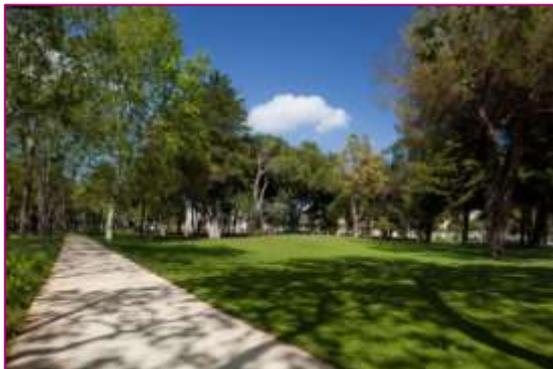


PROJETO "ADAPTAÇÕES" um projeto de dança e ambiente:

Arte-educação de e para a comunidade



"Adaptações" será um projeto de criação artística e dança criada a partir do contato e conhecimento sobre as Alterações Climáticas. Afinal o que são as alterações climáticas?



O presente anexo visa concretizar um conjunto de orientações relacionadas com a adaptação às alterações climáticas, explanadas na Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Loulé, no âmbito utilização eficiente dos recursos naturais.

1 — Eficiência energética

1.1 — As operações urbanísticas, sempre que exequível, devem ser concebidas de modo a potenciarem a localização e a orientação do edifício nas suas vertentes urbana e arquitetónica e a promoverem o conforto térmico, através de soluções que permitam o aquecimento e o arrefecimento passivos, que maximizem os ganhos solares no período de inverno e os controlem no período de verão.

1.2 — Os princípios subjacentes ao número anterior relacionam-se com promoção da iluminação e da ventilação natural, assim como com o aproveitamento de energias renováveis, concorrendo para a minimização dos consumos energéticos, redução das emissões de gases com efeito de estufa e aumento da eficiência energética.

2 — Controlo de ganhos solares

2.1 — As novas edificações devem maximizar o potencial de aquecimento, arrefecimento, ventilação e iluminação natural, otimizando a exposição solar do edifício e dos espaços contíguos públicos ou privados, assim como das edificações confinantes.

2.2 — As intervenções nas preexistências não devem comprometer nem agravar as condições de insolação e ventilação natural do próprio edifício e dos edifícios confinantes.

2.3 — Devem ser favorecidas as orientações que otimizem a captação da luz solar e a redução dos consumos energéticos e das emissões de gases com efeito de estufa.

3 — Aproveitamento da ventilação natural

Na conceção dos edifícios, desde que tal seja possível do ponto de vista técnico e funcional, devem-se considerar os sistemas de ventilação natural que utilizem apenas o vento ou a variação de temperatura, como forma de prevenir o sobreaquecimento e sobrearrefecimento do interior das edificações e de assegurar uma boa qualidade do ar interior.

4 — Utilização de energias renováveis

4.1 — Nas novas edificações e nos edifícios sujeitos a intervenção urbanística deve ser prevista a utilização de sistemas de aproveitamento de energias renováveis, nos termos da legislação em vigor, salvo em situações devidamente justificadas.

4.2 — A utilização de fontes de energia renováveis na geração de energia elétrica, para consumo das próprias edificações ou venda à rede nacional, nomeadamente através de painéis fotovoltaicos ou sistemas de captação de energia eólica, pode ser considerada sempre que for tecnicamente viável e esteticamente adequada.

5 — Utilização de águas pluviais

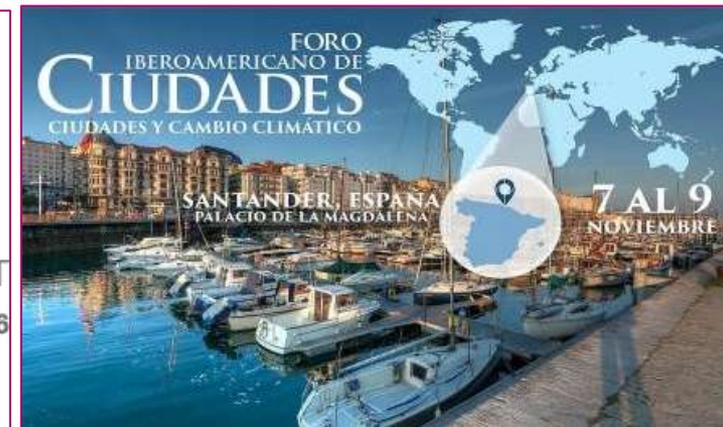
5.1 — Nas novas edificações e nos edifícios sujeitos a intervenção urbanística deve ser privilegiada a utilização de sistemas de aproveitamento de águas pluviais, salvo em situações devidamente justificadas.

5.2 — Desde que tal seja possível do ponto de vista técnico e funcional, as águas pluviais captadas devem ser aproveitadas para usos não potáveis.

APRESENTAÇÃO DA EMAAC:

- Semana do Município de Loulé (maio,2016);
- CCDR-Algarve (junho,2016);
- Conselho Municipal de Educação (julho,2016);
- Conselho Municipal da Juventude (julho,2016);

E ainda:



Nota: Próxima circunstância de Difusão do Processo Estratégico

“ Não é a mais forte das espécies que sobrevive... Nem a mais inteligente que sobrevive. É aquela que for mais adaptável à mudança. ”

**—
Charles Darwin**



loulé

adapta

cmLoule@cm-loule.pt